



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE GENERAL MAYNARD
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

TERMO DE REFERENCIA

1. OBJETO

Aquisição de utensílios domésticos de cozinha destinados ao atendimento das atividades desenvolvidas pelos programas, projetos e serviços da Rede do Sistema Único de Assistência Social - SUAS no município de General Maynard/SE.

- O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo.
- Natureza do objeto: Comum
- Critério de julgamento: Menor preço;
- O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- Modo de disputa: Aberto

1.1 DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação será realizada mediante procedimento de dispensa de licitação, na forma do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, em razão do valor da contratação, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa.

Considerando a utilização de recursos federais vinculados ao Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, será adotado procedimento competitivo com disputa eletrônica por lances, visando ampliar a competitividade, transparência, economicidade e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

O procedimento observará, subsidiariamente:

- Lei nº 14.133/2021;
- IN SEGES/ME nº 67/2021;
- normas do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP;
- regras locais aplicáveis às contratações diretas eletrônicas.

1.2 DO PROCEDIMENTO DE DISPENSA ELETRÔNICA

A contratação será realizada por meio de Dispensa Eletrônica com disputa por lances, em ambiente eletrônico oficial utilizado pelo Município, observando-se os princípios da transparência, competitividade, eficiência e economicidade.

O procedimento obedecerá às seguintes etapas:

I – divulgação do aviso de contratação direta no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e sítio eletrônico oficial;

II – prazo mínimo de 03 (três) dias úteis para apresentação de propostas, conforme art. 75, §3º, da Lei nº 14.133/2021;

III – recebimento das propostas iniciais exclusivamente por meio eletrônico;



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE GENERAL MAYNARD
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

- IV – abertura da sessão pública eletrônica para apresentação de lances sucessivos;
- V – adoção do modo de disputa aberto;
- VI – classificação provisória das propostas pelo critério de menor preço por item;
- VII – fase de negociação, quando cabível;
- VIII – análise da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar;
- IX – verificação da habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica;
- X – adjudicação e posterior autorização da contratação pela autoridade competente.

Durante a fase competitiva:

- a) os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e inferiores ao último lance ofertado;
- b) somente serão aceitos lances com redução mínima definida no aviso de contratação;
- c) o sistema eletrônico registrará data, horário e valor dos lances;
- d) será considerado vencedor o fornecedor que apresentar a proposta mais vantajosa e atender integralmente às exigências de habilitação e especificações técnicas.

Encerrada a fase de lances, a Administração poderá realizar diligências para verificação da exequibilidade da proposta, compatibilidade de preços e atendimento das especificações técnicas.

1.3 DA JUSTIFICATIVA DE NÃO ELABORAÇÃO DO ESTUDO TECNICO PRELIMINAR

1.3.1 Fundamentação Legal

Nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, o Estudo Técnico Preliminar constitui documento que evidencia o problema a ser resolvido e a melhor solução técnica e econômica.

Entretanto, a própria sistemática da Lei permite racionalização do planejamento quando:

- O objeto é comum;
- A solução é padronizada;
- Não há complexidade técnica;
- Não há alternativas tecnológicas relevantes a serem comparadas;
- A contratação é simples e recorrente.

O art. 72 da Lei nº 14.133/2021, ao tratar da instrução processual, exige planejamento compatível com a complexidade do objeto.

1.3.1.2 Caracterização do Objeto

A presente contratação refere-se à: Aquisição de utensílios domésticos de cozinha destinados ao atendimento das atividades desenvolvidas pelos programas, projetos e serviços da Rede do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Trata-se de:

- Bem comum;
- Objeto padronizado;
- Especificações usuais de mercado;



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE GENERAL MAYNARD
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

- Fornecimento imediato;
- Baixa complexidade técnica;
- Sem necessidade de desenvolvimento de solução alternativa.

1.3.1 3. Inexistência de Alternativas Técnicas

A solução adotada consiste na aquisição direta de materiais de utensílios domésticos em quantitativos previamente definidos, conforme especificações padronizadas de mercado, não havendo necessidade de avaliação comparativa entre soluções tecnológicas ou estudos complementares de engenharia.

1.3.1.4. Planejamento já Formalizado no DFD

O Documento de Formalização da Demanda já apresenta:

- Justificativa da necessidade;
- Quantitativos;
- Fundamentação legal;
- Indicação orçamentária;
- Análise preliminar de riscos.

Dessa forma, o DFD cumpre a função essencial de planejamento compatível com a simplicidade do objeto.

2 JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A Secretaria Municipal de Assistência Social de General Maynard identifica a necessidade de aprimoramento da estrutura de apoio das unidades que compõem a Rede do Sistema Único de Assistência Social - SUAS no município, notadamente o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), a Gestão e demais ações socioassistenciais desenvolvidas no âmbito municipal.

Atualmente, parte dos utensílios de cozinha disponíveis encontra-se insuficiente, desgastada pelo uso contínuo ou inadequada para atender de forma satisfatória às atividades realizadas com os usuários dos serviços socioassistenciais, especialmente aquelas que envolvem preparo, organização, conservação e distribuição de alimentos, cafés, lanches e refeições simples em encontros, oficinas e ações coletivas.

A aquisição de utensílios domésticos de cozinha visa garantir melhores condições de execução das atividades desenvolvidas pelas equipes, assegurar apoio adequado às ações coletivas com os usuários e fortalecer a estrutura necessária ao funcionamento dos programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais ofertados pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

A iniciativa contribui diretamente para a qualificação da oferta dos serviços socioassistenciais, para o fortalecimento das atividades de convivência e para a melhoria das condições de acolhimento e atendimento aos usuários, garantindo maior organização, funcionalidade e eficiência na execução da política pública de assistência social no município.

3 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- a. Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Termo de Referência, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta contratação.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE GENERAL MAYNARD
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

4 DESCRIÇÃO DA AQUISIÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	Vlr Unt	Vlr total
1	Garrafa térmica para café com capacidade de 2 litros, ampola interna térmica, tampa rosqueável ou de pressão, material resistente para uso institucional.	UND	4	69,26	277,04
2	Panela industrial nº 40 com tampa, capacidade de 23 litros, fabricada em alumínio reforçado, com alças laterais resistentes.	UND	2	234,82	469,64
3	Panela industrial nº 36 com tampa, capacidade de 16 litros, fabricada em alumínio reforçado, com alças laterais resistentes.	UND	2	222,05	444,10
4	Panela de pressão com capacidade de 7 litros, fabricada em alumínio reforçado, com válvula de segurança e fechamento seguro.	UND	2	173,19	346,38
5	Travessa Refratária de Vidro Redonda 2850ml	UND	12	51,33	615,96
6	Cuscuzeira com tampa, capacidade de 16 litros, fabricada em alumínio resistente.	UND	3	77,20	231,60
7	Bandeja em Aço Inox Oval Rasa Profissional 50cm	UND	4	82,92	331,68
8	Assadeira retangular nº 40, dimensões aproximadas 40,5 x 29 cm, fabricada em alumínio resistente.	UND	3	40,75	122,25
9	Assadeira Retangular Funda ,Dura+ Polida 37cm, Alumínio Resistente, Alta Durabilidade, Bordas Laterais para Mais Praticidade e Livre de PFOA	UND	3	147,75	443,25
10	Assadeira Alta 44x29cm Grande (Bolo/Lasanha) Alumínio Nº5	UND	3	56,89	170,67
11	Jarra para suco com tampa, capacidade aproximada de 2 litros, fabricada em vidro resistente.	UND	4	39,40	157,60
12	Prato Fundo 22,2cm MEDIDAS APROXIMADAS:PESO: 0.365G, DIAMETRO: 22,2CM, ALTURA: 3,2CM	UND	30	7,84	235,20
13	Faqueiro em Aço Inox 24 Peças	UND	3	65,23	195,69
14	Faca de cozinha grande para corte, lâmina em aço inox, cabo ergonômico N° 6	UND	3	18,08	54,24
15	Faca de cozinha pequena para corte, lâmina em aço inox, cabo ergonômico. Faca para Legumes,Nº3	UND	3	7,16	21,48
16	Escorredor Polido Montado 12 Pratos c/ Porta Talher – MEDIDAS APROXIMADAS ESCORREDOR: Peso: 1,140 kg, Comprimento: 31 cm, Largura: 26 cm, Altura: 29,5 cm, Espessura: 2mm, Material: Aço Inox.	UND	2	133,06	266,12



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE GENERAL MAYNARD
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

17	Tábua de Corte, Profissional, Tabua de Carne, Tábuas de Cortar, Polietileno, Plástica, Cozinha, Carnes, Vegetais, Frutas, Antiodor, Antibacteriana. DIMENSÕES DO PRODUTO : 37C x 23L x 1Espessura centímetros	UND	2	35,63	71,26
----	---	-----	---	-------	-------

- Os materiais fornecidos deverão observar, sempre que possível, critérios de sustentabilidade ambiental, durabilidade, redução de impactos ambientais, utilização de materiais recicláveis e atendimento às normas técnicas aplicáveis.
- As especificações técnicas constantes neste Termo de Referência possuem caráter meramente referencial, admitindo-se produtos equivalentes ou superiores, desde que atendidas integralmente as funcionalidades, desempenho e características mínimas exigidas

5 DO PARCELAMENTO

O julgamento será realizado por item, considerando a natureza divisível do objeto e a ausência de prejuízo ao conjunto da contratação, permitindo maior competitividade, ampliação da participação de microempresas e empresas de pequeno porte e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, nos termos do art. 47 da Lei nº 14.133/2021.

6. CRITERIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

6.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

6.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Compra Direta, na modalidade Dispensa, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

6.1.2.1 Serão desclassificadas as propostas que:

I – contiverem vícios insanáveis;

II – não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas neste Termo de Referência;

III – apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do valor estimado para a contratação;

IV – não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V – apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanáveis.

6.1.2.2 A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas, bem como solicitar documentos complementares necessários à comprovação da capacidade de fornecimento do licitante.

6.1.2.3 Consideram-se inexequíveis as propostas que apresentem preços incompatíveis com os valores de mercado, insuficientes para cobertura dos custos da contratação ou que possam comprometer a adequada execução do objeto.

6.1.3 DO TRATAMENTO FAVORECIDO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

6.1.3.1 Aplicam-se à presente contratação as disposições previstas na Lei Complementar nº 123/2006, especialmente quanto ao tratamento favorecido, diferenciado e simplificado destinado às microempresas e empresas de pequeno porte.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE GENERAL MAYNARD
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

6.1.3.2 Será assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte o direito de preferência na contratação, observadas as hipóteses de empate ficto, nos termos dos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

6.1.3.3 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, ainda que esta apresente alguma restrição.

6.1.3.4 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização da documentação, nos termos da legislação vigente.

6.2 Exigências de habilitação

6.2.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

6.2.1.1 Habilitação jurídica

a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;

d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

6.2.1.1.1 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

6.2.1.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista

6.2.1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

6.2.1.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE GENERAL MAYNARD
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

6.2.1.2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

6.2.1.2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

6.2.1.2.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.2.1.2.6 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

6.2.1.2.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

6.2.1.2.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

6.2.1.2.9 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.2.1.2.10 Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.2.1.2.11 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

6.2.1.2.12 Inexiste quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Municipal, ou que estejam temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de General Maynard/SE (inciso III e IV do art. 156 da Lei 14.133/2021);

6.2.1.2.13 Não possui sócio ou administrador enquadrado nas hipóteses de impedimento previstas nos arts. 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021.;

6.2.1.2.14 Conhece na íntegra o Edital, está ciente e concorda com as condições impostas nele e em seus anexos, ao passo que se submete às condições nele estabelecidas, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.2.1.2.15 Atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE GENERAL MAYNARD
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

6.3.1.1 Qualificação Econômico-Financeira

6.3.1.3.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

7. DA CONTRATAÇÃO

- a. Nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, o instrumento contratual poderá ser substituído por nota de empenho, autorização de compra, ordem de fornecimento ou outro instrumento hábil, considerando a natureza e o baixo valor da contratação.

8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- a. O licitante ou contratado que, injustificadamente, descumprir a legislação ou cláusulas editalícias ou contratuais ou der causa a atraso no cumprimento dos prazos previstos nos contratos ou sua inexecução total ou parcial, sujeitar-se-á à aplicação da penalidade de multa, nos termos deste Decreto, sem prejuízo das demais penalidades legais cabíveis, devendo ser observados, preferencialmente, os seguintes percentuais e diretrizes:

I - Multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso na entrega de bem ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

II - Multa administrativa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou do valor da contratação direta em caso de recusa do licitante ou futuro contratado em assinar a Ata de Registro de Preços ou contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

III - Multa administrativa de 3% (três por cento) sobre o valor de referência para a licitação ou para a contratação direta, na hipótese de o licitante ou futuro contratado retardar injustificadamente o procedimento de contratação ou descumprir de preceito normativo ou as obrigações assumidas, tais como:

- a) deixar de entregar documentação exigida para o certame licitatório;
- b) desistir da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração;
- c) tumultuar a sessão pública da licitação;
- d) descumprir requisitos de habilitação na modalidade pregão, a despeito da declaração em sentido contrário;

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a. Efetuar o pagamento à Contratada nas condições e preços pactuados;
- b. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa entregar o objeto;
- c. Acompanhar, fiscalizar e avaliar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor
- d. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do(s) bem(ns) recebido(s) provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- e. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou irregularidades observadas;



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE GENERAL MAYNARD
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

- f. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos fornecidos em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, em cumprimento ao disposto no § 1º do artigo 140 da Lei nº 14.133/2021;
- g. Notificar por escrito o preposto da Contratada da não aceitação do objeto, se for o caso, para que seja substituído, reparado ou corrigido, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis e eventual rescisão contratual;

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 Efetuar a entrega dos produtos, de acordo com as condições e prazos propostos, e demais especificações constantes neste Termo de Referência;

10.2. Arcar com as despesas para a entrega do objeto no local indicado, após a contratação;

10.3. Informar nas embalagens de transporte dos produtos, mediante etiqueta ou gravação na própria embalagem, os seguintes dados: n.º e data do contrato ou instrumento equivalente e o nome do fornecedor;

10.4. Corrigir, remover ou substituir, obrigatoriamente e às suas expensas, qualquer produto em que se verificarem vícios, defeitos ou desconformidades, no mesmo prazo definido para entrega ou em prazo específico, caso tenha sido definido em cláusula própria deste Termo de Referência ou pelo fiscal do contrato;

10.5. Manter seus empregados, quando nas dependências da Contratante, devidamente identificados com crachá subscrito pela Contratada;

10.6 Manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

10.7. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como outras normas específicas, para pessoas com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

10.8. Designar formalmente o preposto da empresa para atuar junto à Contratante durante a execução contratual;

10.9. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, bem como dar ciência, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto desta contratação;

10.10. Dispor -se a toda e qualquer fiscalização da Contratante, no tocante ao fornecimento do objeto;

10.11. Comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgados necessários para o recebimento de correspondência;

10.12. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente contratado, observado o disposto no artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, servindo como base de cálculo para as alterações os preços unitários constantes na proposta vencedora;

10.13. Indenizar terceiros, bem como a Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a Contratada adotar



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE GENERAL MAYNARD
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

10.14. Responsabilizar -se por quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à Contratada pela Contratante, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato;

10.15. Autorizar a Contratante a descontar o valor correspondente a danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, ou da garantia contratual, se houver, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa;

10.16. Comunicar imediatamente à Contratante a ocorrência de associação com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, para conhecimento e adoção das providências necessárias, inclusive quanto à análise de viabilidade de manutenção da relação contratual;

10.17. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o contrato firmado com a Contratante, sem prévia e expressa anuência;

11. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Entrega e critérios de aceitação do Objeto

11.1.1. Prazo de entrega: será de até 10 (dez) dias úteis , contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, na Praça da Matriz, s/n, Centro, das 09:00 às 12:00 horas, não se responsabilizando por entregas fora deste prazo, correndo por conta da Contratada todas as despesas, bem como, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, e ainda todas as despesas que diretamente ou indiretamente incidirem no fornecimento. Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher, no comprovante respectivo, a data, o nome, o cargo, a assinatura do servidor da área competente do Município de General Maynard, responsável pelo recebimento

11.1.1.1. O prazo de entrega poderá ser prorrogado mediante solicitação formal do fornecedor, desde que devidamente justificado e aceito pelo órgão contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e de força maior.

11.1.2. A entrega dos itens no local indicado pela Contratante é de responsabilidade da Contratada, devendo possuir pessoal habilitado para executar a logística necessária.

11.2 Os bens deverão ser entregues na Sede da(o) Prefeitura Municipal de General Maynard ou em outro local informado na Ordem de Fornecimento.

11.3 Não será admitida subcontratação do objeto, considerando tratar-se de fornecimento direto de bens comuns padronizados, cuja execução deverá ocorrer sob integral responsabilidade da contratada.

11.4 O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega dos produtos, mediante conferência quantitativa.

11.5 O recebimento definitivo ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis após a verificação da conformidade dos materiais com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE GENERAL MAYNARD
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

11.5.1 Os materiais fornecidos serão considerados aceitos definitivamente somente após verificação do atendimento integral às especificações técnicas previstas neste Termo de Referência, observando-se, no mínimo:

- I – compatibilidade entre o produto entregue e a especificação do item contratado;
- II – integridade física dos materiais e embalagens;
- III – ausência de avarias, deformidades, ferrugem, trincas ou defeitos de fabricação;
- IV – conformidade quanto às dimensões aproximadas, capacidade, composição e características mínimas exigidas;
- V – adequação do material ao uso institucional pretendido;
- VI – fornecimento de produtos novos, sem uso anterior;
- VII – observância dos padrões mínimos de qualidade normalmente praticados no mercado.

11.6 Constatadas irregularidades, a contratada será notificada para substituição dos itens no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sem ônus para a Administração.

12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- a. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial
- b. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).
- c. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados
- d. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
- e. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados
- f. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.
- g. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- h. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.
- i. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- j. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE GENERAL MAYNARD
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

13. DO PAGAMENTO E EQUILIBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO

13.1 DO PAGAMENTO

13.1.1 Deverá ser realizado o pagamento por meio de crédito em conta bancária de titularidade da Contratada, no prazo de até 30 dias, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, devidamente certificada pelo fiscal do contrato, responsável pelo recebimento do objeto.

13.1.2. O aceite da execução do objeto será feito mediante o devido atesto da Nota Fiscal ou Fatura, correspondendo tão somente ao objeto contratado e efetivamente recebido.

13.1.3. Para fins de verificação da manutenção dos critérios de habilitação, o(a) contratado(a) deverá, na forma do inciso XVI do artigo 92 da Lei nº. 14.133/2021, apresentar, junto ao documento de cobrança, prova de regularidade perante o FGTS – CRF, Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio do contratado, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

13.1.3.1. Na hipótese de restar configurada a ausência de algum dos documentos exigidos ou que a empresa não está regular perante um ou mais dos órgãos elencados no item 13.1.3, o ente contratante deve dar continuidade aos trâmites relativos ao pagamento pelos fornecimentos já regularmente executados e, concomitantemente, notificar a Contratada para que apresente o(s) documento(s) ausente(s) ou adote as providências necessárias à sua regularização fiscal e trabalhista junto aos órgãos competentes, conforme o caso, concedendo-lhe prazo específico para fazê-lo.

13.1.3.2. Uma vez constatada a irregularidade, a emissão de novas ordens de fornecimento deve ser suspensa até que seja comprovada pela Contratada a sua regularidade fiscal e trabalhista, na forma do item 13.1.3

13.1.3.3. Se, transcorrido o prazo concedido sem que a Contratada tenha apresentado o documento faltante ou a comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista, o ente contratante deve adotar as providências cabíveis relativas à rescisão contratual com espeque no inciso I do artigo 137 da Lei nº 14.133/2021.

13.1.4. Não haverá pagamento antecipado.

13.1.5. No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE.

13.1.5.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.2. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO -FINANCEIRO

13.2.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no período de um ano contado da data do orçamento estimado, realizado em 14/05/2026.

14. DA ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO

Valor estimado da contratação é de **R\$ 4.454,16** (QUATRO MIL QUATROCENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS)

15. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTARIA.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE GENERAL MAYNARD
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

15.1. As despesas com o pagamento do referido objeto correrão à conta de recursos consignados no Orçamento do Município de General Maynard/SE, atendido pela dotação orçamentária abaixo especificada:

UNIDADE: 16028 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATIVIDADE: 4012 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30 - Material de Consumo

FONTE: 1500000 - RECURSO PRÓPRIO

UNIDADE: 16028 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATIVIDADE: 4008 - COFINANCIAMENTO DA PROTEÇÃO BÁSICA

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30 - Material de Consumo

FONTES: 16610000 - COFINANCIAMENTO ESTADUAL

16600000 - COFINANCIAMENTO FEDERAL

16. DA GESTÃO DE RISCOS

Foram identificados como principais riscos da contratação:

- I – Atraso na entrega dos materiais;
- II – Fornecimento de produtos em desacordo com as especificações;
- III – Entrega de materiais de baixa qualidade;
- IV – Descumprimento das obrigações fiscais e trabalhistas.

Medidas mitigadoras:

- a) Fiscalização contratual;
- b) Conferência técnica dos produtos;
- c) Aplicação de penalidades;
- d) Exigência de regularidade fiscal durante a execução contratual.

17. DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

General Maynard/SE, 15 de maio de 2026

ANESIA ROCHA AMORIM SOUZA – MAT: 000774

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

TALITTA ALMEIDA DE SANTANA – CPF: 048.616.975-81

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE GENERAL MAYNARD
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

MYRIANNE MELO COSTA MENEZES

Secretária Municipal de Assistência Social, Inclusão, Cidadania e Trabalho
Decreto nº: 129/2025